

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Empreendedorismo como estrutura de sentimentos

Henrique Bosso da Costa

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.18220>

Submetido em: 2026-09-29

Postado em: 2026-10-23 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

EMPREENDEDORISMO COMO ESTRUTURA DE SENTIMENTOS

Henrique Costa

<https://orcid.org/0000-0003-1966-8388>

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

hen.costa@gmail.com

Resumo

A partir de uma etnografia realizada na periferia de São Paulo, o artigo analisa como o empreendedorismo se constitui como uma estrutura de sentimentos associada à vida sem salário. Argumenta que, para seus interlocutores, a autonomia tende a substituir os direitos como principal horizonte de realização, sem necessariamente rejeitá-los. O empreendedorismo emerge, assim, como uma gramática moral por meio da qual trabalhadores reinterpretam trabalho, cidadania e mobilidade social em contextos de instabilidade econômica.

Palavras-chave: vida sem salário; empreendedorismo; autonomia; direitos sociais; estrutura de sentimentos

ENTREPRENEURSHIP AS A STRUCTURE OF FEELINGS

Abstract

Drawing on ethnographic research carried out on the outskirts of São Paulo, this article analyses how entrepreneurship takes shape as a structure of feelings associated with wageless life. It argues that, for the interviewees, autonomy tends to replace rights as the primary horizon of fulfilment, without necessarily rejecting them. Entrepreneurship thus emerges as a moral framework through which workers reinterpret work, citizenship and social mobility in contexts of economic instability.

Keywords: wageless life; entrepreneurship; autonomy; social rights; structure of feelings

Introdução

Elis,¹ como muitos empreendedores populares, vive uma relação ambígua com o trabalho formal assalariado. Moradora da zona sul de São Paulo, ela mantém um emprego em uma instituição filantrópica do Capão Redondo, onde atua na captação de recursos privados e na gestão de convênios públicos. Embora afirme que seu desejo seja “só empreender”, reconhece que ainda não consegue renunciar à previsibilidade salarial: “eu gosto do dinheiro fixo. Viver sem ter certeza nesse momento pra mim eu não consigo”. Aos 24 anos, o emprego assalariado aparece para ela, assim, menos como horizonte desejável do que como condição para sustentar projetos autônomos. “Ter um trabalho fixo hoje me garante poder ser empreendedora”, resume. Junto de uma sócia, Elis mantém uma produtora audiovisual surgida a partir de equipamentos adquiridos por meio de um edital do programa Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) e posteriormente convertida também em brechó de moda sustentável.² Enquanto o negócio ainda opera entre pequenas produções locais, ensaios fotográficos e trocas com comerciantes da região, a profissionalização permanece projetada para um futuro próximo. Entre a estabilidade do salário e a promessa de autonomia do empreendedorismo, sua trajetória revela menos uma oposição entre mundos distintos do que a coexistência pragmática de ambos.

É válida a pergunta sobre se “empreendedorismo” é um termo adequado para exprimir tais experiências. Maria Carla Corrochano e Felipe Tarábola (2026, p. 10) defendem que “o discurso dos direitos não desapareceu” dos relatos de jovens empreendedores periféricos, e até ganhou centralidade, como também veremos neste artigo. Contudo, argumento que a adesão à *gramática* do empreendedorismo – autonomia, inovação, flexibilidade, protagonismo –, mesmo que em aparente contradição com outros valores, responde a uma estrutura de sentimentos. A persistência da gramática dos direitos assim se explica menos pelo que representa para um conceito normativo de cidadania e mais como retribuição justa pelo sofrimento social canalizado de cima para baixo (Costa, 2019).

Em Raymond Williams (1977), estrutura de sentimentos designa formas de consciência prática que expressa experiências sociais emergentes ou pré-emergentes,

¹ Os nomes dos interlocutores foram alterados.

² O VAI TEC é um programa de aceleração de negócios promovido pela Agência São Paulo de Desenvolvimento em colaboração com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

ainda não plenamente institucionalizadas ou racionalizadas, mas já capazes de orientar percepções, julgamentos e condutas. Nesse sentido, elas não operam primordialmente no plano institucional ou discursivo, mas no terreno da experiência vivida.³

É nesse registro que o empreendedorismo popular pode ser compreendido. Mais do que um conjunto de prescrições econômicas ou uma ideologia formalmente articulada, ele se disseminou como uma sensibilidade prática, uma orientação moral e afetiva diante do mundo. Sua força deriva menos da promessa abstrata de ascensão social do que de sua capacidade de oferecer uma lente plausível para interpretar uma realidade marcada pela instabilidade. O empreendedorismo não representa simplesmente uma estratégia econômica individual ou um rótulo conveniente, mas a prevalência de uma postura racional e a disseminação de uma cultura emergente vista como moderna e destradicionalizada (Giddens, 1991; Beck, 2011).

Neste artigo, argumento que a relação ambígua da vida sem salário com o Estado e o mercado permanece, contudo, na ideia de *proteção social*, expectativa marcada a ferro e fogo pelo Estado Novo na consciência coletiva. Se a utopia da sociedade salarial se assentava em uma cidadania regulada pela carteira de trabalho (Cardoso, 2019; Santos, 1979), a desvalorização deste instrumento de manejo da força de trabalho neste século não elimina a gramática dos direitos, mas a repõe em outros termos, com os próprios jovens periféricos sendo categorizados como “público-alvo” não de direitos, mas de políticas públicas específicas (Dagnino, 2004; Maciel, 2018; Feltran, 2014). Para estes, mais do que simples apatia política, trata-se da afirmação de um horizonte normativo distinto daquele associado ao projeto histórico do trabalhismo, mas próximo ao *lulismo*, como nota João Vicente, outro interlocutor de pesquisa: “Que o que aconteceu [nos primeiros governos de Lula] num vai voltar pra trás, que o cara que fez o Prouni não vai ‘desprounizar’. Vai continuar, mano, e a gente só vai querer mais direitos”, ele reflete (Costa, 2024).⁴ De modo que a estrutura de sentimentos proporciona a renovação da utopia – uma combinação exótica de empreendedorismo com proteção social.

Além da introdução, este artigo conta com quatro seções. Começo apresentando o

³ De acordo com Williams (1977, p. 132), elas constituem fenômenos sociais que exprimem um presente em transformação e que, por isso mesmo, “não têm que esperar definição, classificação ou racionalização antes de exercer as pressões palpáveis e estabelecer os limites efetivos na experiência e na ação”. Highmore (2016, p. 157) completa que, “em geral, Williams está muito mais interessado nos tipos de mudanças incrementais que reúnem uma geração, uma comunidade ou uma classe”.

⁴ Segundo André Singer (2012), o reajuste regular do salário mínimo, a expansão acelerada do crédito e o acesso a novas políticas públicas, como o Bolsa Família e o Prouni, combinados a um pacto conservador de governabilidade, teria proporcionado o êxito do fenômeno conhecido como lulismo.

conceito de vida sem salário e minha abordagem sobre o empreendedorismo. Na segunda, descrevo o trabalho de campo, o propósito da etnografia e os relatos de quatro interlocutores destacados de pesquisa que reúnem características emblemáticas do conjunto e as relações ambíguas que estabelecem com o trabalho, com as políticas públicas e com o mercado. Na seção seguinte, faço uma análise da estrutura de sentimentos e da utopia periférica que permeia os empreendedores populares. Por fim, reservo algumas linhas para as reflexões finais.

1. O empreendedorismo como gramática moral

A vida sem salário designa uma condição histórica em que a reprodução social precede e excede o emprego formal, sendo marcada pela alternância entre trabalhos ocasionais, pequenos negócios, atividades autônomas e redes familiares de subsistência. No Brasil, esse modo de vida constituiu historicamente a experiência das classes populares, caracterizando-se menos pela ausência de contratos de trabalho do que pela permanência da incerteza econômica e pela necessidade de combinar diferentes expedientes para garantir a sobrevivência (Souza, 1982; Kowarick, 2019; Cardoso, 2019). Trata-se de uma economia moral que articula aspirações de autonomia, obrigações familiares e formas de individualismo forjadas na luta cotidiana para ganhar a vida (Denning, 2010; Thompson, 1998; Scott, 1976; Costa, 2025).⁵

O empreendedorismo emerge como a postura adequada não apenas diante do “déficit de modernidade” da vida sem salário, mas diante da percepção de que esta se tornou para os jovens periféricos uma condição insuportável na contemporaneidade. Por sua vez, a principal virtude da carteira de trabalho agora consiste em oferecer alguma estabilidade para financiar projetos futuros de autonomia. No caso de Elis, por exemplo, o emprego formal assalariado deixa de representar o destino desejável da trajetória profissional, tanto para ela mesma quanto para seus pares. Nesse sentido, o empreendedorismo popular está ancorado em ficções sociais sobre o futuro (Beckert, 2013), que permitem aos indivíduos lidar com as incertezas econômicas e mobilizam

⁵ Embora compartilhe com a “viração” a instabilidade e a circulação entre múltiplas fontes de renda, a vida sem salário não se reduz a um repertório de estratégias contingentes de sobrevivência; ela constitui um modo de vida historicamente sedimentado e uma identidade social ampla das classes trabalhadoras brasileiras, no interior da qual práticas culturais e formas de interpretação da experiência são continuamente reconfiguradas pelas transformações do capitalismo (Costa, 2026a; Hall, 1981; Abílio, 2005; Canettieri, 2024).

narrativas de superação de adversidades (Illouz, 2008).

Na literatura especializada, o termo “empreendedorismo” é frequentemente utilizado para categorizar atividades econômicas ou atitudes diante de desafios contemporâneos, ou simplesmente para expressar a criação de novas organizações. Joseph Schumpeter (1982), em sua definição clássica, identificou o empreendedor como a personificação da força do “novo”, destacando a capacidade de inovação e transformação da realidade. Para Schumpeter, os empreendedores são agentes de mudanças, impulsionando o desenvolvimento econômico por meio de novas combinações produtivas – uma ideia central na sua teoria da “destruição criadora”.

Há uma notável diversidade de definições, cada uma enfatizando dimensões distintas do fenômeno, mas também enfrentando limitações importantes. Howard Aldrich (2005) as sumariza em quatro: as abordagens que identificam o empreendedorismo com empresas de alto crescimento ou alta capitalização incorrem em um viés de seleção, uma vez que o crescimento é um resultado da atividade empreendedora, e não sua condição definidora, enquanto elevados níveis de capitalização tampouco garantem trajetórias de expansão; outra tradição privilegia a inovação como elemento central, seguindo a formulação clássica de Schumpeter. Contudo, a inovação é difícil de identificar *a priori* e esse critério tenderia a diluir as fronteiras entre o empreendedorismo e o campo mais amplo da administração e da gestão de empresas; já a perspectiva centrada no reconhecimento de oportunidades desloca a análise para os processos cognitivos individuais, aproximando o empreendedorismo da psicologia cognitiva. Por fim, definições que tomam como referência a criação de novas organizações enfrentam o desafio de determinar em que momento uma nova entidade social efetivamente passa a existir, o que exige considerar aspectos como a definição de fronteiras organizacionais, intenções dos atores, padrões de troca e mobilização de recursos.

Enquanto estrutura de sentimentos, a ideia de inovação tem grande importância, na medida em que ela preenche a vontade de autorrealização individual, como a declaração de Letícia mostra com clareza. Além disso, como veremos, fundar efetivamente um novo negócio é secundário quando se mantém uma certa aversão ao risco que o estado e suas políticas públicas de *proteção social* deveria, aos olhos desses interlocutores, evitar.

As trajetórias apresentadas a seguir revelam um deslocamento recorrente na maneira como jovens trabalhadores das periferias imaginam a emancipação. Nenhum deles rejeita a importância dos direitos sociais. Muitos, inclusive, reconhecem que sua própria trajetória seria impensável sem políticas públicas, universidades ou programas de

inclusão. O que muda é o lugar atribuído a esses direitos: eles deixam de constituir o horizonte final da realização individual e passam a ser concebidos como condições que permitem construir algo próprio. A autonomia – entendida como capacidade de decidir, criar, empreender e escapar de relações de dependência – torna-se o principal critério moral pelo qual diferentes formas de trabalho passam a ser avaliadas.

2. Etnografia na periferia de São Paulo

Com uma população de 2 milhões de pessoas, a zona sul de São Paulo expõe imensas desigualdades – o trajeto de ônibus do centro da cidade pode facilmente levar duas horas. A recente ampliação do metrô tornou as viagens mais rápidas e confortáveis, mas ele ainda não chega a grande parte da periferia. Nesses casos, os trens operados pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) ampliam um pouco mais a mobilidade e, mesmo assim, ainda há um caminho considerável a percorrer até se chegar ao extremo sul da cidade.

Dados sobre o número de empreendedores estavam entre os critérios que orientaram minha escolha pela zona sul como local de pesquisa.⁶ Eu já estava familiarizado com a região porque parte da etnografia realizada para minha pesquisa de mestrado ocorreu em torno do Largo Treze, uma popular área comercial onde ficava o campus de uma universidade privada frequentada por alguns dos meus interlocutores (Costa, 2019). O fator decisivo, no entanto, foi o vibrante cenário cultural da zona sul. Além da tradição do hip hop que produziu grupos e artistas como Racionais MC's e Sabotage, a região abrigava saraus literários (como os da Cooperifa e do Binho) e uma variedade de espaços culturais públicos e privados inaugurados desde os anos 2000, incluindo Centros Educacionais Unificados (CEUs), Fábricas de Cultura e uma unidade do Sesc-SP.

Meu objetivo foi compreender esses modos de vida por meio de uma descrição densa, privilegiando representações, práticas e julgamentos morais tal como emergem em situações concretas, em vez de abstrações generalizantes. Família, trabalho, empreendedorismo e política são abordados como dimensões da experiência cotidiana de

⁶ Em 2019, dos 660.000 microempreendedores individuais (MEI) formalizados na cidade, a região abrangida pela administração do distrito de Campo Limpo concentrava 26.870, ficando atrás apenas da Sé, na região central, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. A criação do MEI como entidade jurídica em 2009 representou um marco importante, permitindo que milhões de trabalhadores autônomos se declarassem microempreendedores e, assim, formalizassem seus negócios com carga tributária reduzida e acesso a benefícios básicos da previdência social.

trabalhadores da periferia de São Paulo. Além da observação participante, realizei 46 entrevistas: quarenta com trabalhadores autônomos, pequenos comerciantes e empreendedores, e seis com interlocutores cujas trajetórias permitiram contextualizar o universo do empreendedorismo popular. Em vários casos, as entrevistas assumiram a forma de histórias de vida, possibilitando acompanhar a constituição de projetos, valores e expectativas ao longo do tempo. Parte dos interlocutores foi identificada por meio da técnica de amostragem em cadeia.⁷

Este artigo busca, assim, construir uma etnografia fundamentada teoricamente, seguindo o apelo de Paul Willis e Mats Trondman para reconhecer “a maneira como a experiência se entrelaça no fluxo da história contemporânea”. A teoria aqui opera em diálogo com evidências etnográficas, iluminando fenômenos sociais ao mesmo tempo em que desafia os limites de relatos puramente descritivos. Essa gramática cultural surge não apenas como discurso, mas como o imperativo para que grupos sociais construam significados vividos em meio a processos de reestruturação e destradicionalização (Willis; Trondman, 2008).

2.1. Quando os direitos deixam de bastar

Se Elis mostra que o emprego passa a funcionar como suporte para projetos futuros de autonomia, a trajetória de Letícia revela outro limite da gramática dos direitos. Beneficiária de políticas de inclusão educacional, formada em uma universidade de prestígio e com uma pós-graduação completa, ela reúne praticamente todos os atributos associados à promessa meritocrática de mobilidade social. Ainda assim, sua experiência profissional foi marcada por episódios de discriminação racial e salarial que colocaram em xeque a expectativa de que escolarização e qualificação seriam suficientes para assegurar reconhecimento.

Em sua trajetória, portanto, não é o valor das políticas públicas que está em questão – ela reconhece que sem eles dificilmente teria alcançado sua posição atual –, mas sua insuficiência para garantir autonomia. É justamente nesse intervalo entre direitos conquistados e reconhecimento negado que emerge sua aposta no empreendedorismo

⁷ A pesquisa seguiu as diretrizes de consentimento livre e esclarecido estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, tendo sua realização aprovada por ele. Todos os interlocutores tiveram seus nomes alterados. Devido à pandemia da covid-19, alguns interlocutores (seis) solicitaram ser entrevistados por telefone.

como forma de ampliar a capacidade de decidir sobre o próprio trabalho e produzir transformações sociais. A trajetória de Letícia evidencia esse paradoxo. Desde cedo, ela percebeu que a desigualdade não desaparece com o diploma; ao contrário, reaparece justamente quando o mérito parece ter sido plenamente demonstrado. Sua experiência desloca o problema da falta de qualificação para os limites do próprio discurso meritocrático.

Letícia nasceu e cresceu em Taboão da Serra, mas, como costuma dizer, “hoje é do mundo”. Aos 26 anos, já era formada em Economia pela PUC-SP e mestre em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC. O trabalho sempre fez parte de sua rotina. Na infância ajudava nos pequenos negócios organizados pela mãe – vendia geladinho, maquiagem, cosméticos, lingerie ou qualquer mercadoria que ocupasse temporariamente a garagem da casa. Também aprendeu cedo que o consumo exigia esforço próprio. Quando desejava um tênis mais caro, a resposta da mãe era direta: ela poderia comprá-lo, desde que trabalhasse para isso.

Aos 14 anos tornou-se jovem aprendiz em uma empresa localizada em Interlagos. A rotina era extenuante. Saía de casa antes das seis da manhã, enfrentava uma longa combinação de ônibus, metrô, trem e van até o trabalho e, ao final da tarde, seguia para a escola no Morumbi, retornando para casa por volta da meia-noite. Depois de algum tempo, abandonou o emprego para concluir o ensino médio.

Foi justamente na escola que teve seu primeiro contato concreto com a desigualdade. No início dos anos 2000, sua mãe deixou o trabalho como costureira para atuar como segurança no Colégio Porto Seguro, benefício que permitia aos filhos concorrer a bolsas de estudo. Assim, no quarto ano do ensino fundamental, Letícia ingressou em um dos colégios mais prestigiados da elite paulistana.

Ela descreve essa experiência como “o grande divisor de águas”. Pela primeira vez percebeu, simultaneamente, o alcance das oportunidades educacionais e a profundidade das barreiras sociais. Mulher preta e bolsista, conviveu diariamente com formas sutis e explícitas de racismo institucional. A escola lhe abriu portas – foi dali que saiu a bolsa integral para cursar Economia na PUC-SP –, mas também lhe impôs anos de sofrimento psicológico. “Foi o melhor e o pior que me aconteceu”, resume.

Seu projeto inicial era tornar-se juíza. O ingresso em Economia ocorreu quase por acaso, como segunda opção no Prouni. Ela admite que pouco sabia sobre a profissão e associava o curso ao trabalho bancário, perspectiva que rejeitava. A influência de um professor, entretanto, despertou seu interesse pela disciplina. Depois de uma breve

passagem pelo mercado financeiro, concluiu que seu conhecimento não encontraria reconhecimento naquele ambiente. Em 2018 fundou uma empresa especializada em educação financeira voltada para públicos negros e periféricos, apresentando-se desde então como sua “fundadora e CEO”. O empreendimento representava, ao mesmo tempo, uma estratégia profissional e uma forma de escapar às experiências recorrentes de racismo e desigualdade salarial.

Voltada principalmente para públicos negros e periféricos, sua empresa já formou milhares de pessoas em educação financeira. Utilizando referências da cultura hip hop, especialmente os Racionais MC’s, os cursos articulam planejamento financeiro, endividamento e desigualdade racial.

Para Letícia, a educação financeira constitui um requisito fundamental da autonomia. Em sua experiência, o endividamento não decorre apenas da escassez de renda, mas também da dificuldade de compreender o funcionamento do sistema financeiro. “As pessoas têm uma base matemática financeira muito fraca, e aí quando vão contratar um cheque especial, que cresce 300% ao ano, a pessoa não calcula, sabe? E aí vai virando uma bola de neve.” Essa preocupação ajuda a compreender sua concepção de empreendedorismo, que ela distingue tanto da simples atividade comercial quanto das estratégias cotidianas de sobrevivência. Em sua perspectiva, empreender significa produzir soluções para problemas concretos da sociedade.

Eu defino empreendedorismo como um ato de resolver problemas sociais – e não problemas sociológicos necessariamente, mas problemas da sociedade. Por exemplo, as favelas que não recebem correspondência porque não têm CEP ou correio. Quando surge uma iniciativa comunitária que resolve esse problema, isso é um empreendimento, porque está respondendo a uma necessidade daquele contexto. Agora, as pessoas acham que comércio é empreendedorismo, e aí eu discordo. Comércio é comércio. Comprar barato e vender mais caro não é empreender; é revender para os outros.

Essa distinção se torna ainda mais clara quando Letícia contrapõe o empreendedorismo orientado pela inovação às formas de obtenção de renda que predominam entre trabalhadores submetidos à instabilidade econômica. Para ela, inovação não se restringe ao desenvolvimento tecnológico, podendo assumir formas sociais, culturais ou organizacionais. Já grande parte do que hoje é apresentado como empreendedorismo corresponde, na verdade, a mecanismos de sobrevivência diante da ausência de emprego estável. “No caso do Brasil, é importante entender a diferença entre

o empreendedorismo de inovação, que procura resolver problemas por meio da inovação – e inovação não é só tecnológica, pode ser social, cultural ou processual –, e isso que estão chamando de empreendedorismo. Eu, na verdade, chamo de política de sobrevivência”, afirma.

A trajetória de Letícia explicita uma inflexão recorrente nesta pesquisa. Sua defesa do empreendedorismo não deriva da celebração irrestrita do mercado nem da rejeição dos direitos sociais. Ao contrário, ela distingue cuidadosamente o empreendedorismo inovador das estratégias cotidianas de sobrevivência, ao mesmo tempo que procura ampliar a autonomia econômica de populações historicamente submetidas ao endividamento, ao racismo e à precariedade. Nesse sentido, o empreendedorismo deixa de designar apenas uma atividade econômica e passa a constituir uma linguagem moral através da qual desigualdade, mérito e emancipação são reinterpretados.

2.2. Revolta contra as intermediações

Para Letícia, a autonomia emerge da percepção de que direitos e qualificação não garantem reconhecimento. Já a trajetória de Leonardo desloca a questão para outro terreno: a relação entre autonomia e dependência. Sua experiência é atravessada por uma profunda desconfiança em relação às formas tradicionais de intermediação – organizações sociais, universidades, projetos e agentes externos que, embora ampliem oportunidades, frequentemente reproduzem relações assimétricas entre aqueles que “ensinam” e aqueles que “recebem”. O problema, para Leonardo, não é a existência dessas instituições nem a importância dos recursos que elas mobilizam, mas a posição de subordinação que podem produzir. Sua busca por autonomia nasce, assim, menos da rejeição aos direitos ou às políticas públicas do que da recusa em permanecer permanentemente dependente de mediadores para definir os rumos de seu trabalho e de sua atuação na periferia.

Em novembro de 2019 visitei sua sede, um sobrado grafitado entre residências, terrenos baldios, oficinas mecânicas e botecos. O cenário típico da periferia nota-se com a favela no horizonte e a escassez de aparelhos públicos. No agradável escritório, em que trabalhavam três pessoas naquele momento, observei as paredes decoradas com discos velhos de vinil, frases de Paulo Freire e organogramas, e aguardei Leonardo, de 38 anos. Diretor-executivo da produtora e DJ, ele tem uma trajetória marcada por episódios de trabalhos mais ou menos precários – foi motoboy de 2001 a 2008, e de 1996 a 2000 trabalhou em uma farmácia fazendo entregas e arrumando as gôndolas.

Sisudo e de frases curtas, Leonardo expressava aquela desconfiança recorrente nesse grupo de interlocutores, enraizada em uma indisposição com o terceiro setor e com a “academia”. Remetendo à década de 1990, Leonardo justifica assim seu ponto de vista: “eram ONGs que achavam que iriam salvar a gente por a gente estar numa situação ‘dessa’, ou eram jornalistas que queriam saber do que que aconteceu, era gente de faculdade que queria fazer tese, essas coisas todas”.

Seu desdém não se refere apenas a quem não é mais autoridade na periferia, mas, diante do que se vê nos eventos da produtora, também atribui uma classificação aos seus interlocutores e em quais condições eles serão recebidos. “Durante muito tempo o Jardim Ângela vivia a coisa do abuso, das pessoas virem até aqui na quebrada e não ter troca”, explica Leonardo. No meu caso, fui atendido com gentileza, mas com justificado pouco entusiasmo – por sinal, outros contatos foram mais diretos e me perguntaram qual seria a minha “contrapartida social”, e a resposta que enaltecia o caráter público e acessível da pesquisa parecia a eles insatisfatória.

Seu cansaço se dirige eventualmente para a rebelião, mas é uma espécie de ethos da sobrevivência que por fim ressignifica modos de vida populares. O empreendedorismo passa a ser, então, “um jeito de desconstruir esse mundo que está aí dado pra nós”, como diz meu interlocutor, de modo que a noção de contrapartida social (ou “troca”) se aplica aqui como demanda dos próprios jovens periféricos, que assim respondem ao esvaziamento de sua agência pelo modelo de gestão típico do período anterior, protagonizado por ONGs e pela academia, entendido sem rodeios como um “abuso”.

Poucos dias antes da nossa conversa, Leonardo levou seu grupo de rap para tocar num lugar à primeira vista inusitado, a festa de Halloween da Fundação Lemann. O ecossistema que estimula e constrói desde baixo o empreendedorismo social na zona sul e em muitas outras periferias pelo Brasil impressiona pelos nomes que frequentam as revistas e jornais de economia e que recheiam o PIB nacional. Jorge Paulo Lemann foi até 2017 o homem mais rico do Brasil e um dos 20 mais ricos do mundo, conduzindo, entre outras empresas, a cervejaria transnacional AB Imbev.

Além de ser considerado um modelo mundial de empreendedorismo para milhares de alunos de Administração de Empresas mundo afora, Lemann faz da fundação que leva seu nome um “agente de impacto social” alinhado às mais modernas determinações do filantropocapitalismo globalizado (Sklair; Glucksberg, 2020). Além de financiar largamente eventos de empreendedorismo social na periferia de São Paulo, a organização tem apostado na diversidade dos seus “colaboradores”, o que para Leonardo é motivo de

orgulho e gratidão.

Por sinal, a contrapartida oferecida pela fundação é bem mais palpável do que a de ONGs e academia: financiar uma infinidade de eventos de formação para o empreendedorismo, uma iniciativa que, com o esgarçamento das políticas públicas, ganha contornos de aposta em uma nova forma de pacificação. De todo modo, essa proposta inovadora que combina assistencialismo com empreendedorismo só seria possível pela adesão ativa do sujeito na ponta, que não se vê mais como alguém vulnerável diante de instituições estranhas àquele mundo, mas como sujeito dotado de potência criativa – e senso de sobrevivência.

A autonomia reivindicada por Leonardo não corresponde ao ideal liberal de independência absoluta. Ela se constitui precisamente na tensão entre aproveitar recursos disponibilizados por instituições e recusar que esses recursos definam os termos de sua atuação. Mais do que escapar do Estado ou do mercado, sua preocupação consiste em evitar relações duradouras de tutela. Nesse sentido, sua trajetória revela uma segunda dimensão da estrutura de sentimentos identificada nesta pesquisa: a autonomia é concebida como capacidade de produzir, interpretar e representar a própria experiência sem depender continuamente da validação de intermediários.

2.3. Autonomia como transformação

Se Leonardo associa autonomia à recusa de relações de tutela, Vitória introduz uma dimensão distinta desse ideal: a busca por coerência entre trabalho, valores e transformação social. Em sua trajetória, a autonomia não se reduz ao controle sobre a própria atividade econômica nem à possibilidade de escapar do emprego formal; ela corresponde à construção de um modo de vida no qual trabalho, compromisso político e realização pessoal possam convergir. Assim como os demais interlocutores, Vitória não rejeita direitos sociais nem políticas públicas; contudo, sua experiência sugere que elas não bastam para responder à pergunta sobre como viver e trabalhar. A autonomia passa a designar a possibilidade de construir um projeto de vida consistente com determinados princípios éticos, fazendo do trabalho não apenas uma fonte de renda, mas um instrumento de intervenção no mundo.

Vitória tem 27 anos, mora no Grajaú e se define, sem grande ênfase, como produtora, pois se recusa a ter “rótulos”. Tommasi e Silva (2020, p. 202) notaram, por sinal, que muitos indivíduos que circulam pela cultura de periferia acabam assumindo a

ocupação laboral de produtor, mesmo que a “heterogeneidade dos sujeitos que se autodeclararam produtores culturais (alguns exclusivamente empresários ou administradores, ou seja, os que gerem o calendário de shows, gravações, entrevistas, atividades das bandas; outros também músicos, cantores, sócios)”. Influenciada pela mãe, funcionária pública aposentada que frequentava os sambas do Grajaú, ela acabou encontrando sua “tribo” no Centro de Artes e Promoção Social (Caps), onde ela formou com articuladores e artistas, por volta de 2012, um fórum de cultura local.

Embora reconheça a importância dos apoios empresariais e das redes de empreendedorismo social, Vitória é movida sobretudo por um senso de urgência. Sua percepção é a de que os moradores da periferia possuem capacidades e saberes subutilizados, mas permanecem aprisionados por formas de vida que limitam a imaginação de futuros alternativos. “O plano foi tão bem arquitetado que a gente acaba matando os nossos sonhos”, afirma. Quando questionada sobre esse plano, refere-se ao “genocídio” da população periférica em um sentido amplo: não apenas a violência direta do Estado, mas também os mecanismos cotidianos que restringem horizontes de possibilidade e produzem conformismo. Nesse diagnóstico, a televisão ocupa lugar central, amortecendo sensibilidades e naturalizando uma rotina que transforma a periferia em mera cidade-dormitório. Em contraposição, Vitória enxerga na permacultura, na agroecologia e nos pequenos negócios locais vestígios de uma autonomia perdida. “A quebrada é um quilombo moderno”, diz, sugerindo que práticas contemporâneas de empreendedorismo podem recuperar formas de autossuficiência historicamente interrompidas.

Sua crítica ao trabalho assalariado decorre dessa mesma visão de mundo. Como outros participantes do circuito do empreendedorismo social, Vitória rejeita a ideia de trabalhar para terceiros e associa a autonomia econômica a uma forma de emancipação pessoal. O empreendedorismo aparece menos como estratégia de mercado do que como instrumento para a realização de um propósito. Produzir impacto social, criar oportunidades e transformar a própria comunidade são objetivos tão importantes quanto a geração de renda. “Quem é que gosta de trabalhar pros outros?”, pergunta, resumindo uma disposição amplamente compartilhada entre seus pares. O que confere singularidade à sua trajetória é o forte conteúdo utópico que acompanha essa busca por autonomia: empreender significa construir condições para uma vida mais livre, coerente com seus valores e capaz de produzir mudanças em seu entorno.

Essa dimensão utópica aparece também em suas reflexões sobre o futuro. Vitória imagina uma sociedade mais inclusiva, ambientalmente sustentável e livre das múltiplas formas de violência que identifica como genocídio. Seu futuro desejável inclui pessoas trans, mulheres, moradores de periferia e outros grupos historicamente marginalizados. Ao mesmo tempo, reconhece sentir-se frequentemente isolada ao defender essas pautas. “Às vezes eu me sinto sozinha”, admite. A sensação de não ser compreendida convive com a convicção de que mudanças coletivas dependem de transformações individuais e de pequenas intervenções cotidianas. Sua própria trajetória adquire, então, um significado político. “Minha vitória já é um impacto, porque não querem que eu vença”, afirma. O sucesso individual deixa de ser apenas realização pessoal e passa a funcionar como demonstração simbólica de que outros caminhos são possíveis.

Essa valorização da ação individual ajuda a compreender sua relação ambivalente com a política institucional. Vitória reconhece avanços promovidos por governos progressistas, mas demonstra profundo ceticismo em relação ao sistema político como um todo. Nunca se sentiu verdadeiramente representada por partidos ou candidatos e considera que as instituições existentes são incapazes de produzir as transformações de que o país necessita. Em seu lugar, aposta naquilo que chama de “microcoisas”: iniciativas locais, formação de redes, circulação de conhecimento e fortalecimento de projetos comunitários. A transformação social aparece menos como resultado da disputa institucional e mais como efeito da multiplicação de práticas autônomas.

Nesse sentido, sua trajetória ilumina uma dimensão importante do empreendedorismo contemporâneo. O que a move não é simplesmente a expectativa de ascensão econômica, mas a busca por autonomia, reconhecimento e capacidade de intervenção no mundo. Cursos, mentorias e formações são valorizados porque ampliam sua capacidade de agir e conferem legitimidade à sua voz. O diploma universitário, que pretende obter no futuro, interessa menos como credencial para o mercado de trabalho do que como instrumento para “contribuir melhor”. O empreendedorismo torna-se, assim, uma linguagem através da qual são articulados projetos de vida, expectativas de transformação social e desejos de liberdade. Seu sonho final é simples e revelador: alcançar um dia um lugar em que possa “empreender sem culpa, só pelo dinheiro”. Até lá, permanece convencida de que sua realização individual constitui também uma vitória da própria quebrada.

A experiência de Vitória evidencia que a autonomia não é concebida como independência em relação aos outros, mas como capacidade de organizar o trabalho

segundo valores considerados legítimos. O trabalho torna-se também um espaço de realização ética, no qual autonomia significa produzir formas de vida compatíveis com compromissos ambientais, comunitários e políticos. O empreendedorismo adquire sentido precisamente porque oferece uma linguagem para articular essas aspirações.

2.4. A utopia da conciliação entre trabalho, direitos e autonomia

A trajetória de Júlio torna ainda mais complexa a relação entre direitos sociais e autonomia. Ao contrário da imagem frequentemente mobilizada no debate público, segundo a qual o empreendedorismo substituiria a defesa de direitos por uma ética estritamente individualista, sua experiência mostra que essas duas gramáticas podem coexistir. Júlio continua atribuindo importância às políticas públicas, ao trabalho coletivo e à ampliação de direitos, mas organiza seu projeto de vida em torno da construção de um trabalho próprio, capaz de lhe proporcionar autonomia e sentido. Em sua trajetória, portanto, os direitos não constituem uma alternativa ao empreendedorismo, nem o empreendedorismo representa uma rejeição dos direitos; ambos passam a integrar um mesmo horizonte moral, no qual a emancipação depende simultaneamente de condições coletivas de proteção e da capacidade individual de produzir formas próprias de trabalho.

Júlio chegou à universidade por meio de uma bolsa concedida pelo sindicato dos comerciários. Foi essa experiência que o levou, junto de colegas de curso, a questionar a representação da periferia produzida pelos grandes meios de comunicação. “Que mídia é essa pra qual eu tô servindo? Que imaginário é esse que eu tô ajudando a construir?”, perguntava-se, estendendo posteriormente a mesma inquietação à universidade. Embora compartilhe traços típicos da politização estudantil, sua trajetória também revela os limites dessa experiência. A universidade, segundo ele, ampliou seu repertório intelectual e o afastou de referências anteriores, como a militância na Igreja Católica, mas não eliminou o contraste entre o universo acadêmico e a precariedade que reencontrava diariamente ao voltar para casa de trem. Inserido no circuito da cultura periférica da zona sul, Júlio reivindica uma comunicação “deselitizada”, inspirada na tradição dos saraus e na valorização da produção cultural das quebradas. Foi nesse contexto que surgiu a produtora que mantém com colegas, simultaneamente agência de notícias e empreendimento de comunicação voltado à produção de narrativas sobre a periferia.

Ao explicar a origem da iniciativa, Júlio atribui sua viabilidade a um conjunto de transformações recentes: a expansão do ensino superior, o acesso à internet, as redes entre

coletivos de comunicação e, sobretudo, as políticas culturais que democratizaram o acesso aos meios de produção. “Hoje você passa em qualquer quebrada e vê o pessoal com computador, com câmera. Isso foi tudo adquirido com política pública cultural”, observa. Sua fala remete diretamente ao que D’Andrea (2013) definiu como “sujeito periférico”: jovens que, não se reconhecendo mais nas formas clássicas de representação política, passam a construir identidades e reivindicações por meio de coletivos culturais. No caso de Júlio, contudo, essa identidade não substitui integralmente outras formas de pertencimento. Se a condição periférica organiza seu discurso público, é a experiência do trabalho que continua estruturando sua percepção de si mesmo. Mesmo atuando há anos como MEI, ele insiste em se definir antes como trabalhador do que como empreendedor.

Sua trajetória é marcada por uma relação ambivalente com o emprego formal. Ao lembrar os anos em que teve carteira assinada, considera-se privilegiado em um setor historicamente marcado pela pejotização. “Eu meio que acertei na loteria”, afirma. A defesa dos direitos trabalhistas permanece central em seu discurso, ainda que tenha optado por abandonar a CLT e criar o próprio trabalho. “Eu sou trabalhador e acredito que os trabalhadores têm que ter seus direitos garantidos”, explica, reconhecendo ao mesmo tempo a vulnerabilidade de quem depende exclusivamente da própria atividade para sobreviver. Essa escolha não decorre de uma celebração da figura do empreendedor nem de uma adesão espontânea ao discurso empresarial. Ao contrário, Júlio rejeita explicitamente esse rótulo. “O trabalho que a gente quer não está no mercado, então a gente criou o nosso trabalho”, resume.

É justamente nessa tensão que sua experiência se torna sociologicamente reveladora. A recusa da identidade empreendedora convive com uma busca por autonomia que aproxima sua trajetória da estrutura de sentimentos associada ao empreendedorismo contemporâneo. O que o move não é a promessa de acumulação, crescimento ou expansão do negócio, mas a possibilidade de escapar de um mercado de trabalho percebido como desumanizante e incapaz de representar seus valores. O empreendedorismo por necessidade é, assim, ressignificado: deixa de ser apenas uma resposta ao desemprego e passa a expressar a tentativa de construir um modo de vida orientado pela autonomia. Não por acaso, sua relação com os financiadores do empreendedorismo social permanece marcada pela cautela. Embora reconheça a importância dos recursos oferecidos por fundações e empresas, insiste na necessidade de preservar a capacidade de negociação e recusa. Mais do que aceitar ou rejeitar esses apoios, importa compreender seus interesses e manter aberta a possibilidade de dizer não.

A autonomia, nesse sentido, aparece simultaneamente como horizonte moral, projeto político e condição de trabalho.

Relativizando uma narrativa segundo a qual a difusão do empreendedorismo corresponderia ao abandono da gramática dos direitos, a experiência de Júlio evidencia um processo diferente. Os direitos permanecem como referência normativa para pensar desigualdade e cidadania, mas deixam de organizar o horizonte da realização pessoal, enquanto a autonomia passa a desempenhar esse papel. Construir um trabalho próprio não significa *necessariamente* rejeitar formas de proteção social, mas buscar condições para exercer maior controle sobre a própria atividade e produzir um modo de vida coerente com determinados valores.

3. Empreendedorismo e neoliberalismo

Há pelo menos 50 anos a produção acadêmica sobre periferias urbanas busca interpretar as maneiras como indivíduos e famílias das classes populares pensam a economia, como enfrentam a insuficiência de renda e buscam melhores condições de vida (Durham, 1988; Caldeira, 1984). Como me disse João Vicente, outro interlocutor que é também empreendedor social na zona sul, “desde cedo o jovem da periferia é... como eu posso dizer, provocado a gerar renda” (Costa, 2024), enquanto explicava os caminhos que se apresentaram para ele e para seu irmão: o trabalho precário, o crime e, mais recentemente, o empreendedorismo.

Assim, a suposição de que uma “racionalidade neoliberal” (Gago, 2015) desvelaria entre as classes populares uma lógica que privilegia o cálculo não me parece adequada. Se esse critério fosse absoluto, seria a *razão instrumental*, como analisou primeiramente Max Weber (2012), a responsável pelo impulso que distingue o Ocidente e seu desenvolvimento por uma atitude calculista e despersonalizada. Rejeitar as teses “neoliberais” implica reconhecer através da etnografia que esse não é um cálculo apenas, ou sobretudo, monetário. Como Benoît de L’Estoile (2020) observa, o anseio de “governar o tempo” tem a ver com um diferencial de poder, e assim de rejeição às formas típicas de submissão do modo de produção capitalista.

Com alguma parcimônia na utilização do conceito de neoliberalismo, é possível perceber nas reconfigurações do estado e de suas políticas uma intenção de criar condições para que o mercado se expanda para diferentes âmbitos da vida. Loïc Wacquant (2010) na sua abordagem sobre o neoliberalismo como uma reengenharia do estado,

articula quatro lógicas institucionais: 1) a mercadorização como extensão do mercado ou de mecanismos característicos do mercado; 2) políticas sociais disciplinadoras (*workfare*) sob as quais a assistência social é condicionada a empregos flexíveis e o cumprimento de comportamentos específicos (treinamentos, requalificações, procura de emprego etc.); 3) políticas penais extensivas com o objetivo, por um lado, de controlar as desordens geradas pela insegurança social causadas pelo trabalho flexível e, por outro lado, de representar a soberania do Estado; e 4) o incentivo à responsabilidade individual como discurso motivacional e cultural, reunindo esses vários componentes.

Mais importante, a emergência do empreendedorismo popular não elimina os aspectos residuais da vida sem salário; ao contrário, sobrepõe-se a eles, interage com eles e os ressignifica.⁸ Por vida sem salário refiro-me não apenas à falta de contrato formal, mas a um modo de vida marcado pela instabilidade econômica e pela incerteza, que marca o passado e o presente das relações da maior parte dos trabalhadores no Brasil com o estado e o mercado. Essa perspectiva converge com o argumento de Veena Das (2004), segundo o qual o poder do Estado se expressa na distribuição desigual de sua presença. Do mesmo modo, Javier Auyero (2011) mostra que os longos tempos de espera para acessar serviços públicos moldam a experiência cotidiana do estado entre os pobres. Em conjunto, esses autores sugerem que a legitimidade do estado de bem-estar não precede sua atuação, mas é continuamente produzida nas interações concretas entre cidadãos e burocracias.

Tão persistentes quanto este modo de vida são as imposições de modernização que ganham atualmente a chancela de empreendedorismo, por exemplo, em fóruns de impacto social (Costa, 2024). “Mas as periferias mudam de acordo com uma lógica própria: lenta, progressiva e desigualmente”, observa Caldeira (2017, p. 5). Além da predominância de uma sociabilidade violenta e dos ilegalismos que seduzem jovens como o irmão de João Vicente, morto pela polícia em uma “saidinha de banco”, se nota que a mudança dos canais de mediação tem afinal o seu efeito empreendedor para indivíduos com desejos de autonomia, porém em relação incontornável com o estado.

Assim, a difusão do empreendedorismo ocorre simultaneamente à transformação dos canais tradicionais de mediação entre periferias, Estado e sociedade civil. Contudo, mais do que explicar diretamente as trajetórias analisadas, essa mudança ajuda a

⁸ Williams (2011, p. 56) define como residual “algumas experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos nos termos da cultura dominante” e que “são, todavia, vividos e praticados como resíduos – tanto culturais quanto sociais de formações sociais anteriores”.

compreender o contexto em que a autonomia passa a adquirir novo valor moral. Cadeias convencionais de intermediação perdem parte de sua capacidade de organizar conflitos sociais, abrindo espaço para novos atores e novas formas de autoridade com ou sem ligação com o estado, em que discursos progressistas e conservadores podem coexistir (Fontes, 2025; Prieto; Milano, 2025). A desconfiança manifestada por Leonardo em relação às organizações do terceiro setor parece inscrever-se nesse contexto mais amplo, embora sua preocupação imediata seja outra: conquistar maior capacidade de definir seu próprio trabalho e de produzir interpretações legítimas sobre a experiência periférica.

Apesar das diferenças entre suas trajetórias, todos os interlocutores compartilham uma mesma reorganização moral da experiência do trabalho. Nenhum deles rejeita explicitamente direitos sociais, educação pública ou políticas redistributivas; ao contrário, reconhecem que suas próprias possibilidades de ação foram abertas por esses dispositivos. Entretanto, tais direitos deixam de ser concebidos como expressão suficiente da emancipação. Eles passam a funcionar como recursos que tornam possível outro objetivo: construir formas de autonomia no trabalho e na vida cotidiana. É nesse deslocamento que o empreendedorismo adquire sentido: mais do que um modelo econômico, ele oferece uma gramática capaz de organizar expectativas de reconhecimento, autorrealização em um contexto marcado pela persistência da vida sem salário (Costa, 2026).

Considerações finais

A reflexão exposta aqui buscou analisar, com base em etnografia com jovens empreendedores da periferia de São Paulo, como as relações ambíguas da vida sem salário com o estado e o mercado se manifestam como uma estrutura de sentimentos. Isso implica que aspirações de autonomia e autorrealização se sobrepõem neste momento à rigidez da carteira de trabalho e dos horários fixos, à falta de perspectivas de mobilidade social pela carreira e à subordinação à novas e velhas formas de despotismo no mercado de trabalho. Contudo, ela não significa a negação dos direitos sociais, na medida em que eles são uma garantia de proteção e dignidade a pessoas com algum grau de vulnerabilidade. Isto é, são jovens seduzidos pela gramática do empreendedorismo, mas pouco dispostos a assumir os riscos que novos negócios podem representar.

Também se nota aqui a forma ressignificada que esses direitos assumem na nossa época. Enquanto os direitos vinculados à CLT aparecem de maneira abstrata na fala dos interlocutores, políticas públicas associadas ao lulismo são muito mais compreensíveis

para esses jovens periféricos, como é o caso do Prouni. Sinal de que os conflitos de classe passaram a ser administrados por meio da fragmentação de públicos específicos e da adoção de políticas focalizadas e setorializadas dirigidas aos mais pobres. A categoria de “público-alvo” não designa apenas os destinatários dessas políticas, mas também uma forma específica de governar e gerir as desigualdades.

Por sua vez, quando o empreendedorismo é capturado pelas instituições para se tornar mecanismo de modulação de força de trabalho, através de políticas públicas ou ideologia corporativa, se expõe novamente a contradição entre autorrealização individual e políticas de proteção social. Afinal, como se impõe um rótulo – e um estilo de vida associado a ele – a uma população que justamente os renega, como no caso de Vitória? Assim também com a estrutura de sentimentos, que pode prescindir deles.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara não haver conflitos de interesse.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O autor declara que não utilizou Inteligência Artificial para a escrita deste artigo.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila. Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, São Paulo, 2005.
- ALDRICH, Howard. Entrepreneurship. In: *The Handbook of Economic Sociology*, edited by Neil J. Smelser and Richard Swedberg. New York: Russell Sage Foundation; Princeton: Princeton University Press, 2005.
- AUYERO, Javier. 2011. “Patients of the State: An Ethnographic Account of Poor People’s Waiting.” *Latin American Research Review* 46 (1): 5–29.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECKERT, Jens. 2013. “Imagined Futures: Fictional Expectations in the Economy.” *Theory and Society* 42 (3): 219–40.
- CALDEIRA, Teresa P. R. *A política dos outros: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- CALDEIRA, Teresa P. R. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 35, n. 1, 2017.
- CANETTIERI, Thiago. *Periferias, reprodução social crítica e urbanização sem salário*. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2024.
- CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. 2. ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- CORROCHANO; Maria Carla; TARÁBOLA, Felipe. Qual empreendedorismo? experiências, percepções e reflexividade de jovens nas periferias. *Caderno Cedes*, v. 46, 2026.
- COSTA, Henrique. Estudantes do Prouni na crise do lulismo. *Plural*, v. 26, n. 1, 2019.
- COSTA, Henrique. Mutações do progresso no projeto familiar periférico: entre a autoconstrução e o empreendedorismo popular. *Caderno CRH*. v. 39, 2026a.
- COSTA, Henrique. O sol brilha para todos: empreendedorismo popular como identidade periférica. *Tempo Social*, v. 37, n. 1, 2025.
- COSTA, Henrique. O alquimista: um “sujeito periférico” no circuito do empreendedorismo social. *Revista de Antropologia*, v. 67, 2024.
- COSTA, Henrique. Popular Entrepreneurship: A Grammar of Moral Economy in Contemporary Urban Peripheries. *International Journal of Urban and Regional Research*. Early View, 2026b.
- D’ANDREA, Tiarajú. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2013.
- DAGNINO, Evelina. 2004. “Construção Democrática, Neoliberalismo e Participação: Os Dilemas da Confluência Perversa.” *Política & Sociedade* 5: 139–64.
- DAS, Veena. 2004. “The Signature of the State: The Paradox of Illegibility.” In *Anthropology in the Margins of the State*, edited by Veena Das and Deborah Poole. Santa Fe, NM, and Oxford: School of American Research Press and James Currey.
- DE L’ESTOILE, Benoît. “‘El dinero es bueno, pero un amigo es mejor’: Incertidumbre, orientación al futuro y ‘la Economía’”. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 51, 2020.
- DENNING, Michael. Wageless Life. *New Left Review* 66, 2010.
- DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o

- conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, 2014.
- FONTES, Leonardo. (2025). Authoritarian neoliberalism, urban peripheries and the rise of the extreme right in Brazil. *Urban Studies*, v. 62 (15).
- GAGO, Veronica. *La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.
- HALL, S. Notes on deconstructing “the popular”. In: SAMUEL, R. (org.). *People’s History and Socialist Theory*. New York: Routledge, 1981
- HIGHMORE, Ben. (2016) Formations of feelings, constellations of things. *Cultural Studies Review* 22(1): 144– 167.
- ILLOUZ, Eva. 2008. *Saving the Modern Soul: Therapy, Emotions, and the Culture of Self-Help*. Berkeley: University of California Press.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2019.
- MACIEL, Danielle. *A rebelião do público-alvo e a crise da tecnologia social de pacificação: luta no Programa Fábricas de Cultura*. Tese de doutorado. ECA-USP, 2018.
- PRIETO Gustavo; MILANO Giovanna. Espaço, mercadoria política: crime, negócio e poder na periferia de São Paulo. *Dilemas*, vol. 18, n. 2, 2025.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCHUMPETER, Joseph A. *The Theory of Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant*. New Haven; London: Yale University Press, 1976.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- SKLAIR, Jessica; GLUCKSBERG, Luna. 2020. “Philanthrocapitalism as wealth management strategy: Philanthropy, inheritance and succession planning among the global elite”. *The sociological review*, 69(2): 259-499.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOMMASI, Livia de; SILVA, Gabriel M. “Empreendedor e precário: a carreira ‘correria’ dos trabalhadores da cultura entre sonhos, precariedades e resistências”. *Política &*

Trabalho, n. 52, jan./jun. 2020, p. 196-211.

WACQUANT, Loïc. “Crafting the neoliberal state: workfare, prisonfare, and social Insecurity”. *Sociological Forum*, vol. 25, n. 2, jun. 2010.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

WILLIS, Paul; TRONDMAN, Mats. *Manifesto pela etnografia*. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 27, 2008.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.